

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	38.221	47.862
Impostos e contribuições sociais	5	16	19
Outros créditos	8	494	504
Total do Ativo Circulante		38.731	48.366
Não circulante			
Impostos e contribuições sociais	5	92.965	69.382
Tributos diferidos	6	164.118	3.959
Outros créditos	8	2.364	2.757
		259.447	76.098
Imobilizado	9	2.318.753	1.401.201
Intangível	10	64.555	59.452
		2.383.308	1.460.753
Total do Ativo Não Circulante		2.642.755	1.536.851
TOTAL DO ATIVO		2.681.486	1.585.217

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	11	14.492	13.234
Impostos e contribuições sociais	5	7.066	12.363
Debitantes	12	644.723	644.723
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	13	3.928	471.946
Outras contas a pagar	15	371.192	49.980
Total do Passivo Circulante		68.594	1.196.112
Não circulante			
Debitantes	12	292.223	292.223
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	13	1.014.508	1.014.508
Provisões	14	40.264	35.172
Outras contas a pagar	15	10.505	44.619
	8	1	1
Total do Passivo Não Circulante		1.137.501	79.791
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	16.1	1.573.974	317.000
Prejuízos acumulados		(318.583)	(7.686)
Total do Patrimônio Líquido		1.255.391	309.314
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.681.486	1.585.217

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2016	2015
Despesas e receitas operacionais	17		
Despesas gerais e administrativas		(10.457)	(7.541)
Outras despesas e receitas operacionais		(460.236)	(460.236)
		(470.693)	(7.541)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		(470.693)	(7.541)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	18	972	51
Despesas financeiras		(1.335)	(7)
		(363)	44
Resultado antes dos tributos		(471.056)	(7.497)
Tributos sobre o resultado			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	160.159	2.549
		160.159	2.549
Prejuízo do exercício		(310.897)	(4.948)
Resultado por ação atribuído aos acionistas	20		
Resultado básico/diluído por ação (realização)		(0,29911)	(0,06303)
ON			
A Companhia não divulga a demonstração de resultados abrangentes, uma vez que não existem efeitos relevantes a essa demonstração registrada nas demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2016	2015
Gerção do valor adicionado	1.382.791	1.047.109
Receita relativa à construção de ativos próprios	1.382.791	1.047.109
(-) Insumos adjuvados de terceiros	(1.686.028)	(945.853)
Materiais	(868.475)	(384.103)
Serviços de terceiros	(315.723)	(435.829)
Outros custos operacionais	(501.827)	(128.921)
Valor adicionado bruto	(303.234)	98.256
Valor adicionado líquido produzido	(303.234)	98.256
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	7.552	14.757
Valor adicionado total a distribuir	(295.682)	113.013
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	12.940	6.506
Remuneração direta	310	420
Benefícios	630	276
FGTS	(159.785)	(1.270)
Impostos, taxas e contribuições	51	34
Federais	30	18
Estaduais	16	16
Municipais	36	242
Remuneração de capitais de terceiros	160.704	111.735
Juros	336	242
Aluguéis	15.215	11.961
Prejuízo do exercício	(310.897)	(4.948)
	(295.682)	113.013

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional
 A Empresa de Energia São Manoel S.A. (Companhia ou São Manoel) foi constituída em 16 de julho de 2013 sob forma de sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de Rio de Janeiro - RJ. A Companhia tem como objeto social planejar, construir, operar, manter e explorar as instalações da Usina Hidrelétrica São Manoel (UHE São Manoel), no rio Teles Pires, localizada entre os estados do Mato Grosso e do Pará e executar outras atividades correlatas ao seu objeto social.

1.1 Concessão
 Em 10 de abril de 2014, a Companhia assinou junto ao Ministério de Minas e Energia - MME o Contrato de Concessão de Uso do Bem Público para Gerar de Energia Elétrica nº 02/14 que regula o direito de concessão da UHE São Manoel. O contrato de concessão possui as seguintes características:

Capacidade instalada	Energia assegurada	Concessão
MWm	(MWm)	Início
São Manoel	PA	Outorga
700,0	421,7	10/04/2014
		10/04/2049

O Contrato de Concessão regulou a exploração do potencial de energia hidrelétrica do rio Teles Pires sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica. Da energia assegurada de 421,7 MWm, 408 e MWm foram comercializadas por meio de Contratos de Comercialização de Energia - Ambiplex Regulado - CCEARs no Ambiente de Contratação Regulado - ACR pelo prazo de 30 anos a partir de maio de 2018. O preço estabelecido no Contrato de Concessão é de R\$53,49 por MW, reajustado anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA. O prazo do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir da data da assinatura, sem previsão de prorrogação na legislação atual.

Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária tem ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

1.1.1 Uso do bem público
 Como pagamento pelo Uso do bem público, o contrato do Contrato de Concessão, a Companhia recolherá à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora ou a partir do início da entrega da energia objeto do CCEAR, o que ocorrer primeiro, até o 35º ano da concessão, em parcelas mensais correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R\$2.788 corrigidos anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, utilizando-se o IPCA. Em 31 de dezembro de 2016, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$40.264 (R\$55.172 em 31 de dezembro de 2015) (Nota 14).

1.1.2 Pesquisa e desenvolvimento - P&D
 A Companhia aplicará, anualmente, em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

1.1.3 Cronograma de operação comercial
 De acordo com projeto básico aprovado pela ANEEL, por meio do Despacho nº 1.244/16, o cronograma para a entrada em operação comercial da UHE São Manoel é o seguinte:

Unidade geradora (UG)	Data
UG 1	01/01/2018
UG 2	01/03/2018
UG 3	01/05/2018
UG 4	01/07/2018

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade
 As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Normas Contábeis - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards - IFRS*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente estas, estão sendo apresentadas e que correspondem às utilizadas por ela em seu relatório.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2017.

2.2 Práticas contábeis
 As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração
 As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo.

2.4 Uso de estimativa e julgamento
 Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia revise o balanço em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetivação real em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto à redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias (Nota 2.5); Uso do bem público (Nota 14); e Provisões necessárias para custos relacionados às licenças ambientais (Nota 15.1).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação
 A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável
 A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos possam sofrer alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro
 São avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis e o final de cada exercício. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido, após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro
 Se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável, a Companhia procede o teste de recuperabilidade dos ativos.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(471.056)	(7.497)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Impostos e contribuições sociais - não liquidadas	(545)	(545)
Provisão para perda no valor recuperável dos ativos	460.236	460.236
	(11.365)	(7.497)
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(23.405)	(51.191)
Outros ativos operacionais	403	(997)
	(23.002)	(52.188)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	1.258	12.284
Impostos e contribuições sociais	4.366	4.827
Debitantes	(63.182)	(37.264)
Provisões	2.064	2.105
Outros passivos operacionais	(84.809)	(18.050)
	(89.197)	(77.735)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições em imobilizado e intangível	(1.202.043)	(907.622)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital social líquido do custo de emissão	1.256.974	317.000
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	1.789.853	448.650
Amortização de debêntures	(1.532.050)	170.000
Pagamentos de encargos de dívidas	(223.182)	700.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(9.641)	(219.707)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	38.221	47.862
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	(9.641)	(219.707)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	-	(2.738)	(2.738)
Aumento de capital - RCA 15/02/2015	75.000	-	75.000
Aumento de capital - AGE 15/09/2015	50.000	-	50.000
Aumento de capital - AGE 16/11/2015	96.000	-	96.000
Aumento de capital - AGE 14/12/2015	96.000	-	96.000
Prejuízo do exercício		(4.948)	(4.948)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	317.000	(7.686)	309.314
Saldos em 31 de dezembro de 2015	317.000	(7.686)	309.314
Aumento de capital - RCA 15/02/2016	223.000	-	223.000
Aumento de capital - AGE 12/02/2016	55.000	-	55.000
Aumento de capital - AGE 03/03/2016	135.000	-	135.000
Aumento de capital - AGE 15/03/2016	117.000	-	117.000
Aumento de capital - AGE 20/05/2016	67.000	-	67.000
Aumento de capital - AGE 24/06/2016	89.974	-	89.974
Aumento de capital - AGE 29/07/2016	170.000	-	170.000
Aumento de capital - AGE 04/08/2016	196.000	-	196.000
Aumento de capital - AGE 06/09/2016	74.000	-	74.000
Aumento de capital - AGE 31/10/2016	45.000	-	45.000
Aumento de capital - AGE 22/12/2016	80.000	-	80.000
Prejuízo do exercício		(310.897)	(310.897)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.573.974	(318.583)	1.255.391

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

2.7 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas
 Mantendo o processo permanente de revisão às normas de contabilidade e IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisadas nas normas já existentes.

Em relação às normas ainda não adotadas pela Companhia descritas abaixo, a Administração acredita que as mesmas não gerarão efeitos relevantes no balanço patrimonial e no resultado líquido.

2.7.1 Normas e interpretações novas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2019)
 No âmbito de 2016 foi emitida a IFRS 16 que introduziu novas regras para as operações de arrendamento mercantil. A IFRS 16 requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendatários ficam alinhados com os critérios de reconhecimento e mensuração de ativos financeiros e de instrumentos de IAS 17 (CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil) e correspondentes interpretações.

2.7.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC e ainda não adotadas pela Companhia CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)
 Em dezembro de 2016 foi emitido o CPC 47 em correlação à norma IFRS 15. Esta norma introduziu um novo modelo para o reconhecimento de receitas de contratos de prestação de serviços e de transferência de bens ou serviços aos clientes, em lugar do princípio da transferência de riscos e benefícios, considerando qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços e quando a receita deve ser reconhecida. O CPC 47, em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2018 e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)
 Em dezembro de 2016 foi emitido o CPC 48 em correlação à norma IFRS 9. Esta norma substituirá o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39) e traz como principais modificações: (i) requerimentos de impairment para ativos financeiros passando para o modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros; e (iii) torna os requisitos para contabilização de hedge (hedge accounting) menos rigorosos. O CPC 48, em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2018.

Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 10/16 (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2017)
 A revisão estabelece alterações ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 32 Tributos sobre o Lucro, em decorrência de esclarecimentos feitos pela IASB sobre suas respectivas interpretações, bem como o reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas.

2.7.3 Normas e interpretações revisadas, já emitidas pelo CPC, adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2016
 A Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2016, passou a adotar novas normas e interpretações conforme Revisão dos Pronunciamentos Técnicos nº 09/15 e CPC 05, emitidos pelo CPC. As normas revisadas não refletiram impactos nas demonstrações financeiras.

3 Eventos significativos no exercício

3.1 Captações de recursos
 Durante o exercício de 2016 a Companhia realizou a seguinte captação de recursos:

Fonte	Data de liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
Debêntures - 2ª Emissão	jan/16	dez/16	\$32.000	120,5% do CDI a.a.	Investimento para a construção da UHE São Manoel
Debêntures - 3ª Emissão	set/16	dez/18	280.000	CDI + 4,35% a.a.	Investimento para a construção da UHE São Manoel
Debêntures - 4ª Emissão					

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2016	31/12/2015
Bancos conta movimento	21.963	4.246
Aplicações financeiras	16.358	43.616
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	38.221	47.862
Operações compromissadas lastreadas em Debêntures	16.256	43.616
Total	166.358	43.616

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros acumulados até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras estão remuneradas a taxa de 90,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 21.

5 Impostos e contribuições sociais

	Nota	Saldo em 31/12/2015	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos	Reclassificação	Transferência	Saldo em 31/12/2016
Ativos - Compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social		26	-	545		4.166		4.737
ICMS		61.728	21.948					83.235
PIS e COFINS	5.1	7.380	1.297		144	(4.166)	(351)	4.655
IRRF sobre aplicações financeiras		248						248
Outros		69.382	23.261	545	144	-	(351)	92.981
Total		69.382						92.985
Não circulante		69.382						92.985
Total		69.382						92.981

Passivo - a receber

	Saldo em 31/12/2015	Adição	Pagamentos	Transferência	Saldo em 31/12/2016
ICMS	1.278	22.698	(20.685)		3.291
PIS e COFINS	9.022	14.948	(20.863)	(351)	3.107
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	1.943	3.049	(4.324)		668
Encargos com pessoal	140		(140)		
Outros	12.383	41.046	(46.012)	(351)	7.066
Total	12.383				7.066

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

5.1 PIS e COFINS

Os montantes de PIS e COFINS registrados no ativo referem-se a créditos na aquisição de ativo imobilizado para a construção da UHE São Manoel e a serem compensados quando da entrada em operação com respectivos débitos desses impostos.

6 Tributos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados sobre diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos ditos tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e considera a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que se originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

6.1 Composição e base de cálculo

Natureza dos créditos	Ativo		Resultado	
	31/12/2016	31/12/2015	2016	2015
Diferenças Temporárias				
Gastos Pré-operacionais	7.636	3.959	3.679	2.549
Redução no valor recuperável dos ativos	156.490		156.460	
Total	164.118	3.959	160.159	2.549

A variação do imposto de renda e contribuição social diferidos é decorrente do registro do ativo diferido constituído sobre a redução no valor recuperável dos ativos (Nota 3.2), à alíquota de 34%.

6.2 Resultados tributáveis futuros

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributáveis, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

	2018	2019	2020	2021	2022 a 2024	A partir de 2025	Total Não Circulante
	891	1.528	1.528	1.528	2.164	156.479	164.118

7 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas Controladoras em conjunto, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, são apresentados como segue:

	Relacionamento	Duração	Ativo		Passivo		Resultado	
			Não circulante	Circulante	Não circulante	Operacional	Financeiro	2016
Outros créditos								
Devolução - Prêmio de seguro								
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto	31/12/2016	2	-	-	-	2	-
Debêntures (a)								
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto	15/08/2016 a 15/12/2018	-	-	98.122	-	(4.786)	-
CTG Brasil	Controladora em conjunto	15/08/2016 a 15/12/2018	-	-	98.119	-	(4.786)	-
			-	-	196.241	-	(9.572)	-
Outras contas a pagar								
Contrato de prestação de serviços (b)								
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto	01/01/2015 a 31/12/2018	-	3.370	1.965	(1.405)	(1.206)	-
Furnas Centrais Elétricas	Controladora em conjunto	01/09/2015 a 01/12/2018	-	-	-	(3.974)	-	-
Furnas Centrais Elétricas	Controladora em conjunto	24/09/2015 a 24/05/2019	-	-	-	(1.900)	-	-
			-	3.370	1.965	(7.279)	(1.206)	-
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (c)								
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto	01/05/2014 a 31/05/2018	-	-	1	(14)	-	-
			-	-	-	(14)	-	-
Total			2	3.370	1.965	196.242	(7.291)	(9.572)

(a) Debêntures: Conforme descrito na nota 12, em 15 de agosto de 2016 a Companhia realizou sua 3ª emissão de debêntures no valor de R\$280.000, com remuneração de CDI + 4,35%a.a. e vencimento até 15 de dezembro de 2018. A amortização de principal e pagamento de juros serão em parcela única no vencimento. As controladoras em conjunto EDP - Energias do Brasil e CTG Brasil adquiriram parte do montante total emitido correspondente ao percentual de suas participações societárias, ou seja, 33,334% e 33,333% respectivamente.

(b) Contratos de prestação de serviços

EDP - Energias do Brasil
O contrato tem por objeto a prestação de serviços corporativos pela holding EDP - Energias do Brasil à Companhia. Trata-se de atividades acessórias ao negócio como, por exemplo, auditoria, regulação, jurídico, financeiro, infraestrutura, suprimentos, recursos humanos, planejamento energético, planejamento e controle, etc.
O contrato tem previsão de vigência de 48 meses contados a partir de 1º de maio de 2014 e não necessita ser submetido à anuência prévia da ANEEL, pois as partes não são delegatárias do serviço público de energia elétrica, conforme estabelecido na Resolução Normativa nº 334/06, que regulamenta os atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas.
Em 26 de janeiro de 2016 foi emitida a Resolução Normativa ANEEL nº 699, em vigor a partir da referida data, que apresentou novos critérios para os atos jurídicos entre partes relacionadas. Considerando a publicação da referida Resolução, que revogou a Resolução Normativa ANEEL nº 334/06, o contrato firmado entre a EDP - Energias do Brasil e a Companhia poderá sofrer alterações quando da sua renovação.

12 Debêntures

12.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade	Valor	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias		Não Total	
										Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários CVM nº 476/09	Instrução	53.200	10.532.000	10.532.000	15/07/2014 a 15/01/2016	15/07/2014 a 15/01/2016	Investimento na UHE São Manoel	111,5% do CDI	Principal e juros em parcela única	(i) Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	(ii) Fiança Bancária de Furnas	-	-
(c) Custos de emissão									Amortização mensal	(i) Fiança Bancária da CTG Brasil proporcionais às suas participações.		-	(216)
SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda. (a)	Instrução CVM nº 476/09	53.200	10.532.000	10.532.000	11/01/2016 a 11/01/2016	11/01/2016 a 30/12/2016	Investimento na UHE São Manoel	120,5% do CDI	Principal em parcela única	(i) Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil, (ii) Cessão Fiduciária de Quotas de Fundo de Investimento de Furnas;	(ii) Cessão Fiduciária de conta e aplicação financeira da CTG Brasil proporcionais às suas participações.	-	-
(c) Custos de emissão									Amortização mensal	(i) Fianças Corporativas da EDP - Energias do Brasil e da CTG Brasil, referentes às suas participações; (ii) Fiança Corporativa da Eletrobras, referente a participação de Furnas.		-	-
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários CVM nº 476/09	Instrução	2.800.000	1.012.800.000	1.012.800.000	15/08/2016 a 15/08/2016	15/08/2016 a 15/08/2016	Investimento na UHE São Manoel	4,35% parcela única no vencimento	Principal e juros em amortização	(i) Fianças Corporativas da EDP - Energias do Brasil e da CTG Brasil, referentes às suas participações; (ii) Fiança Corporativa da Eletrobras, referente a participação de Furnas.		14.359	280.000
(c) Custos de emissão									Amortização mensal			(2.136)	(2.136)
Total												14.359	277.864

(a) Em 16 de setembro de 2016 a 2ª emissão de debêntures da Companhia foi liquidada antecipadamente, conforme previsto na escritura de emissão, com créditos provenientes da liberação do empréstimo de longo prazo junto ao BNDES. As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensuradas ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

12.2 Movimentação das debêntures no exercício

	Valor líquido em 31/12/2015		Adições	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2016
	Principal	Juros						
Circulante								
Principal	532.000	532.000	(1.064.000)				14.009	
Juros	112.939		(175.396)	62.447				
Custo de transação	(216)	(8.778)			(355)	9.349		
	644.723	523.222	(1.239.396)	62.447	(355)	9.349		
Não circulante								
Principal		280.000						280.000
Juros		(2.491)		14.359				11.009
Custo de transação					355	(2.136)		
		277.509		14.359	355	(2.136)		292.223

12.3 Vencimento das parcelas

	Vencimento
Não Circulante	
2018	292.223
Total	292.223

A emissão de Debêntures feita pela Companhia não é conversível em ação e foi emitida de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, refere-se a oferta pública distribuída com estorço restrito.

As principais cláusulas para a 3ª emissão, prevendo resolução de contrato, estão descritas abaixo:

- (i) dissolução, liquidação ou extinção da Emissora após o caso de cada uma das Fiadoras;

Furnas Centrais Elétricas

O contrato com vigência até 2018 tem por objetivo a prestação de serviços de engenharia, de acompanhamento e análise do projeto básico e executivo, o acompanhamento das inspeções de fábrica e o acompanhamento do processo de comissionamento. O valor total dos serviços é de R\$2.723 a serem faturados durante o período do contrato, conforme as medições executadas, atualizado anualmente pelo IPCA.

O contrato com vigência até 2019 tem por objeto a prestação de coordenação técnica e supervisão de engenharia. O valor total dos serviços é de R\$6.352 a serem faturados durante o período do contrato, conforme as medições executadas, atualizado anualmente pelo IPCA.

Os valores faturados de ambos os contratos, por estarem relacionados à construção da UHE São Manoel, estão sendo registrados em contrapartida do Imobilizado em curso.

(c) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel e custos condominiais da sede da controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial. O contrato com vigência até 31 de maio de 2014 pelo período de 48 meses contados a partir de 1º de maio de 2014.

Considerando a publicação da Resolução Normativa ANEEL nº 699/16, conforme mencionado no item (a) acima, este contrato poderá sofrer alterações quando da sua renovação.

As operações realizadas como compartilhamento de infraestrutura ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

7.1 Garantias

As fianças recebidas de acionistas estão descritas nas notas 12.1, 13.1 e 23.2.

7.2 Controle conjunto:
A Companhia possui controle compartilhado entre a EDP - Energias do Brasil S.A. e sua controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A., a China Three Gorges Brasil Energia Ltda., sendo esta controlada pela China Three Gorges Corporation e Furnas Centrais Elétricas S.A., sendo esta controlada pela Furnas Centrais Elétricas S.A. (Eletrobras) (Nota 16.1).

A Companhia possui contrato de venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada - ACR junto a Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - EDP Escalas (controlada da EDP - Energias do Brasil) no montante de 2.043 MWh com início de suprimento em 1º de maio de 2018 e término em 31 de dezembro de 2047, com preço de venda de R\$55,48/MWh.

7.4 Remuneração dos administradores

7.4.1 Remuneração Total do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária pagos pela Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro (em R\$)

	2016				2015			
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Remuneração (a)	2.280.336	142.560	88.560	2.511.456	1.595.409	142.560	88.560	1.826.529
Benefícios de curto prazo (b)			42.093	42.093			42.093	35.870
Total	2.322.429	142.560	88.560	2.553.549	1.637.279	142.560	88.560	1.862.399

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.
(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vale alimentação e refeição e seguro de vida.

8 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016
Outros créditos - Ativo				
Dívidas - Prêmio de seguro				2
Despesas pagas antecipadamente		8.1	487	418
Depósitos judiciais		15.22		1.966
Outros			7	86
Total		494	504	2.364
Outras contas a pagar - Passivo				
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas		7	3.370	1.965
Obrigações sociais e trabalhistas			2.283	1.714
Outros			256	167
Total		5.909	3.846	1

8.1 Despesas pagas antecipadamente
O montante Circulante e Não circulante em 31 de dezembro de 2016, R\$893 (R\$1.209 em 31 de dezembro de 2015), R\$792 (R\$1.187 em 31 de dezembro de 2015), refere-se ao seguro garantia que tem por objetivo garantir a execução da obra de construção da UHE São Manoel, sendo uma exigência quando da participação da Companhia no Leilão nº 10/2013 (Leilão A-5). O prêmio pago em março de 2014 pela apólice foi de R\$2.723 e a vigência da mesma é de 26 de fevereiro de 2014 até 31 de dezembro de 2018.

9 Imobilizado

Para contabilizar o custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis para o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento deduzidos de perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. Em função do disposto nas instruções contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico e no pronunciamento técnico CPC 20 (R1) - Custos de Empreendimentos, os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras quando aplicável, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras. No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à UHE São Manoel serão transferidos ao Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos posteriores, não previstos no projeto original e ainda não amortizados ou depreciados, desde que tenham sido aprovados pelo Poder Concedente. Conforme descrito na nota 3.2, a Companhia procedeu ao teste de recuperabilidade dos ativos relativos à UHE São Manoel registrando no resultado do exercício uma perda estimada no montante de R\$248.150.

9.1 Movimentação do imobilizado

	Valor líquido em 31/12/2015		Ingressos	Capitalizados (a)	Juros no valor recuperável	Redução	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2016
	Nota	31/12/2015						
Imobilizado em curso								
Terras		1.852	18.080					19.932
Reservatórios, barragens e adutoras		817.096	380.436					

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

13 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas
13.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato (*)	Utilização	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2016		31/12/2015	
									Encargos Circulante	Principal Circulante	Encargos Não Circulante	Principal Não Circulante
Moeda nacional												
BNDES - Subcrédito A (-) BNDES - Custos de Transação	225.000	15/05/2015	225.000	15/05/2015 a 15/09/2016 (675)	Investimentos para construção da UHE São Manoel	TJLP + 2,4% de vencimento	Principal e juros no vencimento	(i) Fiança Bancária dos adonistas proporcionais às suas participações	-	2.341	230.993	233.334
									-	-	(338)	(338)
BNDES - Subcrédito B (-) BNDES - Custos de Transação	225.000	15/05/2015	225.000	15/05/2015 a 15/09/2016 (675)	Investimentos para construção da UHE São Manoel	SELIC + 1,7% de vencimento	Principal e juros no vencimento	(ii) Fiança Bancária dos adonistas proporcionais às suas participações	-	14.288	225.000	239.288
									-	-	(338)	(338)
I. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,20 durante período de amortização, apurado anualmente em 31 de dezembro, a ser entregue junto com as demonstrações de resultado, até o 7º dia útil de maio.									(j) Penhor de Ações; (ii) Cessão Fiduciária dos direitos emergentes da concessão e dos direitos creditórios; (iii) Cessão Fiduciária dos direitos creditórios de Furnas; (iv) Fiança Corparativa do Patrimônio líquido sobre Ativo Total igual ou superior a 20%, apurado anualmente em 31 de dezembro, a ser entregue junto com as demonstrações de resultado, até o 7º dia útil de maio.			
Implementação do projeto de construção da UHE São Manoel									Principal e juros mensais a partir de 15/01/2019.			
BNDES FINEM - Custos de Transação	1.314.000	11/08/2016	1.012.496	11/08/2016 a 15/12/2038		TJLP + 2,88%			3.928	1.036.978	1.040.900	-
Total									3.928	1.014.508	1.018.436	16.629
Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo.												

13.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício

Circulante	Principal	Juros	Custo de transação	Valor líquido em 31/12/2015		Ingressos	Pagamentos	Provisões	Integrações	Transferências	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2016
				2015	2016								
	455.993	(468.050)							9.648			2.409	-
	16.629	(47.796)						65.098	(30.151)			148	3.928
	(676)									(596)	1.272		
	471.946	(515.846)	65.098	(20.503)	(596)	1.272	2.557	3.928					
		(1.012.496)		20.503						596		3.979	1.036.978
		(23.066)								596		(3.979)	(22.470)
		989.430		20.503						596		3.979	1.014.508

13.3 Vencimento das parcelas

Circulante	Vencimento	
	2017	2015
Total	3.928	3.928
Não circulante		
2019	46.494	
2020	50.292	
2021 até 2025	252.838	
2026 até 2030	255.146	
2031 até 2035	257.475	
Após 2036	152.263	
Total	1.014.508	1.014.508

14 Uso do bem público - UBP
O UBP é um direito de outorga decorrente de processos licitatórios ou do concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1).
O reconhecimento do UBP foi efetuado no momento da obtenção da Licença de Instalação - LI, ou seja em 14 de agosto de 2014, pois a LI representa o marco necessário para atendimento das condições de viabilidade do projeto.
O valor justo total da obrigação relacionada com o UBP até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 10) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa de 7% a.a., que representa a taxa de captação de recursos para a construção do empreendimento na data do reconhecimento.
Segue abaixo movimentação no exercício:

Saldo em 31/12/2015	Ajuste a Valor Presente	Encargos e atualizações monetárias	Saldo em 31/12/2016
35.172	(1.539)	6.631	40.264

15 Provisões

Circulante	Não circulante	
	31/12/2015	31/12/2016
Nota 15.1	37.199	49.980
Total	37.199	49.980

As Provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

15.1 Licenças ambientais

O montante Circulante e Não circulante de R\$47.704 (R\$94.599 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias e de instalação da UHE São Manoel, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. A Licença de Instalação LI nº 1.017/2014 foi emitida em 14 de agosto de 2014 pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, que autoriza a Companhia a executar as obras de construção da UHE São Manoel, formando um reservatório com área aproximada de 63,96 km². Estes custos provisionados estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reforçamento de áreas, aquecimento e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. Do saldo provisionado, em sua maioria, está representado pelos valores do meio socioeconômico que representam o montante de R\$32.506. Dentre as ações que incluem os valores do meio socioeconômico destacam-se o monitoramento de avifauna garimpeira e obras de reforço de infraestrutura e segurança. O reconhecimento desses custos ocorreu em contrapartida ao imobilizado, sendo, portanto, tratados como custo de usinagem e registrados na rubrica Reservas, transferências e atualizações monetárias, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - ANCEL.
A LI é válida pelo período de 4 anos, a contar da data de emissão, sendo a Companhia responsável por manter sua renovação no prazo de 60 dias antes de sua expiração.
O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M. A Companhia realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando a taxa de 7% a.a., que representa a taxa de captação de recursos para o início da construção do empreendimento na data do reconhecimento, compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizada por órgãos e agências ambientais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.
Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Circulante	Adições	Realizações	Atualização monetária	Transferências	AVP	Saldo em 31/12/2016
44.619	5.723	(63.182)	2.159	(40.159)	3.886	10.505
Total	94.599	5.723	(63.182)	7.010	- 3.554	47.704

15.2 Provisões civis, fiscais e trabalhistas

A Companhia não possui demandas judiciais de natureza civil, fiscal e trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos com expectativa de perda provável, não havendo, portanto, valores provisionados.
Quando aplicável, as obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente, por diversos índices de acordo com a natureza da provisão, e são revisadas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

15.2.1 Risco de perda possível

Existem processos de natureza trabalhistas e civis em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão cujo montante em 31 de dezembro de 2016 é de R\$66.
Adicionalmente a Companhia é parte em três ações civis públicas propostas pelo Ministério Público Federal - MPF, sob a alegação de supostas irregularidades no licenciamento ambiental e na construção da UHE São Manoel, tal como (i) ausência de estudos de impacto sobre as unidades de conservação; (ii) não cumprimento das condicionantes relativas ao componente indígena; e (iii) descumprimento de condicionantes da licença prévia. Em todas as ações o MPF requer em sede de liminar a suspensão do licenciamento. Em virtude da complexidade dos pedidos, não é possível estimar o valor econômico envolvido, pois os efeitos de eventual suspensão do licenciamento vão variar de acordo com a fase em que se encontram as obras. Após dos argumentos sólidos da defesa, a Companhia e seus assessores jurídicos classificam a ação com risco possível em virtude da tendência protetiva da matéria ambiental. Atualmente as ações se encontram em fase de instrução.

15.2.2 Risco de perda remota

Existem processos de natureza fiscal em andamento cuja perda foi estimada como remota e, para estas ações, o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2016 é de R\$1.966.

16 Patrimônio líquido

16.1 Capital social

O Capital social parcialmente integralizado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$1.573.974 (R\$317.000 em 31 de dezembro de 2015) e está representado por 1.573.975.002 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (317.001.000 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2015). O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2016 é de R\$1.573.975 (R\$317.000 em 31 de dezembro de 2015), sendo o valor a integralizar, em ambos os exercícios, de R\$1.
Durante o exercício foram realizados, por meio de Assembléias Gerais Extraordinárias - AGE, os seguintes aumentos de Capital social:

Quantidade de ações	Valor em R\$ mil	Quantidade de ações	Valor em R\$ mil	Quantidade de ações	Valor em R\$ mil	Quantidade de ações	Valor em R\$ mil	Quantidade de ações	Valor em R\$ mil	Total
21 de janeiro de 2016	76.001.520	76.002	75.999.240	75.999	75.999.240	75.999	228.000.000	228.000	228.000	
12 de fevereiro de 2016	18.333.700	18.334	18.333.150	18.333	18.333.150	18.333	55.000.000	55.000	55.000	
03 de março de 2016	45.000.900	45.000	44.999.500	45.000	44.999.500	45.000	135.000.000	135.000	135.000	
17 de maio de 2016	38.000.760	38.000	38.000.610	38.000	38.000.610	38.000	117.000.000	117.000	117.000	
20 de maio de 2016	22.334.000	22.334	22.333.000	22.333	22.333.000	22.333	67.000.000	67.000	67.000	
24 de junho de 2016	29.991.934	29.992	29.991.034	29.991	29.991.034	29.991	89.974.002	89.974	89.974	
29 de julho de 2016	56.667.800	56.668	56.666.100	56.666	56.666.100	56.666	170.000.000	170.000	170.000	
04 de agosto de 2016	65.334.640	65.334	65.332.660	65.333	65.332.660	65.333	196.000.000	196.000	196.000	
13 de outubro de 2016	24.667.160	24.668	24.666.420	24.668	24.666.420	24.668	74.000.000	74.000	74.000	
13 de outubro de 2016	15.000.300	15.000	14.999.850	15.000	14.999.850	15.000	45.000.000	45.000	45.000	
22 de dezembro de 2016	26.667.200	26.668	26.666.400	26.666	26.666.400	26.666	80.000.000	80.000	80.000	
Total	418.999.934	419.000	418.987.034	418.987	418.987.034	418.987	1.256.974.002	1.256.974	1.256.974	

Foram emitidas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo preço de R\$1,00 por ação, integralizadas na proporção que cada acionista detém no capital social da Companhia.
Os aumentos de Capital social foram efetivados nas respectivas datas de repasse e a posição do mesmo, após as integralizações, é a seguinte:

Acionista	Porcentual de participação	Ações ordinárias	
		2016	2015
EDP - Energias do Brasil S.A.	33,333%	524.653.087	
China Three Gorges Brasil Energias Ltda.	33,333%	524.653.087	
Furnas Centrais Elétricas S.A.	33,333%	524.653.087	
Total	100,000%	1.573.975.002	

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R\$1.579.000. Dentre deste limite, a Companhia pode aumentar seu capital social mediante a deliberação do Conselho de Administração, que determinará as condições de emissão, incluindo o preço, prazo, forma da subscrição e integralização.
As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

17 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS (quando aplicável); (ii) com base na associação direta da receita com os benefícios decorrentes dos custos; e (iii) quando não resultarem em benefícios decorrentes dos custos. Conforme requerido no artigo 18º do Lei nº 6.402/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.
Segue o abastecimento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

Gerais e administrativas	Despesas operacionais	
	2016	2015
Nota	6.336	6.336
Outras	460.236	460.236
Total	466.572	466.572

Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	Despesas operacionais	
	2016	2015
Material	4.798	4.798
Serviços de terceiros	329	329
Aluguéis e arrendamentos	4.358	4.358
Provisão para perda no valor recuperável dos ativos	336	336
Outras	636	636
Total	10.657	10.657

18 Resultado financeiro

2016	2015
Receitas financeiras	
Renda de aplicações financeiras	6.533
(-) Juros capitalizados sobre Receitas financeiras	(6.229)
(-) PIS/COFINS sobre Receitas financeiras	(351)
Outras receitas financeiras	474
Despesas financeiras	
Encargos de dívidas	(152.538)
Variações monetárias moeda nacional	(6.538)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(296)
(-) Juros capitalizados sobre Despesas financeiras	159.369
Outras despesas financeiras	(1.334)
Total	(7)

19 Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15% acrescidas de 10% sobre o resultado líquido que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) por meio da aplicação da alíquota de 9%.
As despesas com imposto de renda e Contribuição Social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

2016	2015
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(471.056)
Alíquota	34%
Resultado de IRPJ e CSLL	160.159
Alíquota efetiva	34%

20 Resultado por ação
O resultado por ação da Companhia para os exercícios apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.
A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos converíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

2016	2015
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	(310.897)
Média ponderada do número de ações ordinárias (mil)	1.039.405
Resultado básico e diluído por ações (realização)	(0,29911)

21 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.
Com base nas análises periódicas consultacionais nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas as condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de risco especulativo, em derivativos ou qualquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão concordes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.
A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco do mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto aos contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

21.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.
Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Os instrumentos financeiros são avaliados pelo valor justo, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas ôtimas por meio dos fluxos de mercado. A obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa avaliação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.
A baixa ocorre mediante a extinção de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.

21.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:
• **Ativos classificados pelo valor justo por meio do resultado**
Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial, e se a Companhia gerencia os investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.
• **Emprestimos e recebíveis**
São designados para esta categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo

